

Dividindo o chão ao meio

*"Tu de lá e eu de cá
Dividindo o chão ao meio.
Tu de lá dás um suspiro,
Eu daqui suspiro e meio."
(Do cancionero gaúcho)*

Durou menos que uma rosa a extravagante iniciativa de instalar no Congresso o pomposo Fórum do Consenso, também conhecido pelo apelido de Fórum do Entendimento Nacional — congressinho faz-de-conta, armado como palco



para as piruetas oratórias que os plenários do Senado e da Câmara não conseguem dar vazão na enxurrada de estreantes coçando-se para brilhar na ribalta.

Bastou reunião tumultuada para que o ímpeto inicial cedesse ao bom senso e algumas medidas prudentes esvaziassem o balão, que despenca, murcho, de bucha apagada, como risco no céu escuro.

Não foi preciso muito. Atropelado pelo Projeto de Reconstrução Nacional lançado pelo governo, em hábil manobra de ocupação de espaço e de inversão da iniciativa política, a birutice do congresso paralelo não resistiu a algumas ponderações sensatas. Mudou de nome, virou Fórum Nacional de Debates — assim como quem troca de identidade para despistar — e ficou decidido que não submeterá nada a votos, dispensando-se do ridículo de deliberações inócuas. Além dessas providências saneadoras, resolveu baixar a presidência das próximas sessões: ao invés dos presidentes do Senado e da Câmara, para evitar confusões com o Congresso de verdade, os trabalhos serão dirigidos pelos líderes, no rodízio de vaidades.

Com tais limitações, caindo na real, o Fórum Nacional dos Debates não se

agüentará muito tempo. Em um mês — pouco mais, pouco menos —, ninguém tomará conhecimento de suas tertúlias, inevitavelmente reduzidas a meia dúzia de debatedores tinosos e quatro gatos pingados bocejando na assistência.

O debate para valer será travado no seu palco natural e insubstituível, valorizado pela legitimidade constitucional e produzindo consequência com a aprovação, pelo voto da maioria, das soluções amparadas pelo consenso.

Não foi o único alívio nas aperturas do governo num dia afortunado. A derubada pela Câmara do badalado artigo 9º do projeto de regulamentação das medidas provisórias manteve com o presidente Collor de Mello a prerrogativa de reeditar MPs que não tenham sido votadas pelo Congresso. Por pouco, apenas cinco votos, o destaque não é aprovado pela Câmara, transferindo o segundo tempo para as incertezas do Senado.

Assim, Collor continua com a faca e o queijo nas mãos ocupadas com tantos embaraços simultâneos. Salvo improvável reviravolta no Senado, o presidente continuará dispondo de fulminante recurso para utilização, a partir de agora mais comedida e cautelosa, respeitando as ressalvas impostas pela regulamentação, nas emergências indicadas pela Constituição.

À oposição caberá arregimentar, em cada caso, maioria absoluta de votos — metade mais um — na Câmara e depois no Senado, para derrubar as medidas provisórias que venham a ser editadas pelo presidente. A dificuldade trocou de lado.

Resta avaliar o provável calvário do *projeto*. No Fórum rebatizado ele não tem futuro. No máximo, fornecerá munição para discussões acadêmicas e críticas demolidoras. Retalhado como carne em balcão de açougue, cada posta, sem possível aproveitamento, acabará jogada fora.

Imprevisível o tratamento que merecerá na Câmara e no Senado. Na hora da verdade, do preto no branco, talvez algumas ou muitas das soluções sugeridas pelo governo, aceitas pela maioria, sejam reduzidas a emendas constitucionais ou a projetos de lei e submetidas a votos. Aprovação de emenda constitucional pelo quórum de três quintos nas duas Casas do Congresso só por milagre de consenso.

Em qualquer caso, o *projeto* cumprirá seu papel se alimentar o debate político, desviando-o do rumo perigoso da hostilidade crescente ao governo.

Não é outra coisa o que Collor pretende. Uma trégua, pelo menos, se não for possível o entendimento consolidado pelo apoio de base estável, construída com a ajuda de governadores e estimulada pela nova postura presidencial de franco apelo à convivência harmoniosa com o Legislativo.

A pacificação ou o armistício podem deslizar pela mudança da agenda das preocupações parlamentares. O governo, que se saiba, não necessita da aprovação de medidas urgentes e essenciais. Portanto, pelo seu gosto, o Congresso poderia muito bem esquecê-lo por uns tempos, folgando-lhe as costas para cuidar da administração desengonçada e cobrar da equipe econômica menos briga e mais eficiência.

Também ao Congresso aproveitaria um período de distensão, a ser dedicado a esforço sério para a correção de suas graves distorções. Enquanto vive às turras com o governo, não encontra folga para olhar para dentro de casa.

Infernizar o governo é obrigação do Congresso. Se quiser ser levado a sério é indispensável que reconquiste a autoridade comprometida pelos feios pecados e escândalos que mancham sua reputação e nunca foram redimidos pela penitência que ajuda a salvar a alma do arrependido no caminho da conversão.